

# REFLETINDO SOBRE O WELFARE STATE E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Albani de Barros<sup>1</sup>  
Maria Lucilene Barbosa<sup>2</sup>  
Bianca Gomes Alves<sup>3</sup>

Serviço Social



ISSN IMPRESSO 2317-1693  
ISSN ELETRÔNICO 2316-672X

## RESUMO

O presente trabalho é o resultado de uma reflexão crítica sobre o Estado de bem-estar e o intenso ataque do capital sobre o trabalho a partir da década de 1970. No período posterior à Segunda Guerra Mundial, a combinação entre o modelo fordista e políticas públicas de caráter reformista propiciou um acelerado processo de crescimento econômico. A longa onda de crescimento começa a sinalizar que estaria perdendo força já a partir do final da década de 1960, no decênio seguinte a economia capitalista mundial entra num processo de desaceleração. Com o aprofundamento da crise, a ação reformista e de negociação passou a experimentar derrotas seguidas e o ataque ao trabalho ganha contornos mundiais. Estando sob as pressões restritivas da crise, o capital já não tinha mais o que oferecer de positivo, a não ser uma contínua piora nas condições de vida dos trabalhadores.

## PALAVRAS-CHAVE

Acumulação Capitalista. Crise Estrutural do Capital Estado de Bem-estar.

## ABSTRACT

This article is the result of the critical reflection on the state of well being and intense attack on working capital from the 1970s. In the period after the Second World War, the

combination of the Fordist model and policies of reformist character led to an accelerated process of economic growth. The long wave of growth begins to signal that would be losing strength already from the end of the 1960s, the decade following the capitalist world economy enters the deceleration process. With the deepening of the crisis, the reformist action and negotiation started to try out defeats followed and the attack to work wins global contours. Being under the pressures of the economic crisis, restrictive capital already no longer had the that offer positive, to not be a continuous worsening on the living conditions of workers.

## KEYWORDS

Capitalist Accumulation. Structural Crisis of Capital. Welfare State.

## 1 INTRODUÇÃO

No período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, a combinação entre o modelo de produção fordista e as políticas do Estado keynesiano proporcionaram um acelerado processo de crescimento econômico, com efetivos efeitos também na esfera política. Junto com o crescimento, um restrito número de países, notadamente no norte da Europa, experimentaram uma melhoria nos padrões sociais e de renda dos trabalhadores, principalmente através da ampliação de políticas sociais. Esse célere crescimento econômico junto com a obtenção de elevadas taxas de lucratividade perdurou durante três décadas, porém, teve como elemento limitante a própria lógica que rege a acumulação capitalista e suas contradições.

No tocante a análise sobre a ação política nesse período, aquele mesmo velho Estado de caráter coercitivo, que sempre atuara com seu poder repressivo contra os trabalhadores, se mostrava, naquele momento, com outra aparência, ele estava proporcionando o atendimento de uma série de demandas sociais através de políticas públicas. A partir da análise mais imediata do *Welfare State*, o Estado estaria ampliando a intervenção nas áreas sociais ao oferecer serviços de educação, saúde, previdência e ainda participar da organização de um novo tipo de sindicato, que lutava por melhores salários. Ainda que isso fosse um fenômeno circunscrito a um pequeno conjunto de países, a fórmula de ação do Estado e a dinâmica produtiva keynesiana parecia indicar que seria a chave segura para alcançar dias melhores para a humanidade.

Contudo, a longa onda de crescimento começa a sinalizar que estaria perdendo força já a partir do final da década de 1960 e no decênio seguinte a economia capitalista mundial entra num processo de brusca desaceleração, o que acabou por implicar na redução das taxas de lucratividade. De acordo com Mészáros (2009), a década de

1970 é momento histórico em que se instala a crise estrutural do capital estrutural. Além dos aspectos econômicos, o poder de domínio do imperialismo vigente desde a segunda metade do século passa por sérias dificuldades, expressão disto foram as grandes mobilizações de trabalhadores e estudantes na França em 1968, na Itália em 1969 e a derrota americana no Vietnã em 1973 (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Na esfera da acumulação de capital, entre 1968 e 1974 as taxas de lucros tiveram quedas consideráveis em diversos setores da economia (HARVEY, 2002) e na segunda metade dos anos de 1970 esgota-se a longa onda expansiva iniciada no segundo pós-guerra. A partir de então, modelo fordista/keynesiano passou por um impasse estrutural e o capitalismo entra numa crise de abrangência internacional.

Em resposta a essa crise, o poder monopolista empreende diversas estratégias na perspectiva de retomar o crescimento e, sobretudo, de melhorar as taxas de lucro, agora sob a hegemonia do capital financeiro. O conjunto de transformações que segue a partir de meados da década de 1970 compreende aquilo que Netto e Braz (2008) denominam como a terceira fase do imperialismo. Os aspectos marcantes dessa fase foram a mundialização do capital, a hegemonia dos EUA, a financeirização da economia, a precarização do trabalho, a derrota dos movimentos sindicais, a elevação das dívidas públicas dos Estados, o crescimento dos níveis de desemprego e as enormes transformações tecnológicas, entre outros elementos (NETTO; BRAZ, 2008). Se os fenômenos econômicos e sociais que expomos acima compõem uma situação de piora nas condições de vida dos trabalhadores, as possibilidades para seu enfrentamento se mostram cada vez mais evidentes de serem impossíveis de realizarem plenamente no interior da lógica do capital. Em razão do aprofundamento do quadro de crise que persiste em se arrastar continuamente, o presente trabalho tenta compreender quais os limites da ação do Estado, as consequências provocadas pela negação da via revolucionária pela esquerda e o direcionamento desta por conquistas no campo da política. A partir disto, quais as lições que a história tem a nos ensinar diante das transformações sociais recentes?

## **2 REFLETINDO SOBRE O WELFARE STATE**

O cenário econômico que sucede a segunda guerra mundial impulsionava à necessidade de ampliação da produção mercantil como forma de manter o circuito de acumulação de capital necessário a manutenção da estabilidade global do sistema. Todavia, esta situação também trazia um problema, a necessidade de um consumo crescente capaz de acompanhar a elevação da produção, visto que uma produção mercantil que não encontra na esfera da circulação consumidores suficientes para manter o fluxo do processo de acumulação, acaba por impulsionar a eclosão de crises. É nesse cenário de necessidade de elevação dos padrões de consumo, principalmente na Europa, que as políticas sociais passam a ter uma profunda utilidade para acelerar a acumulação do capital, resultando naquilo que os economistas franceses chamariam como as “três décadas gloriosas”.

Enquanto na Europa o crescimento econômico se dava com a combinação do modelo fordista com as políticas keynesianas, na periferia mundial a ênfase era para o investimento em grandes obras de infraestrutura capazes de atrair os capitais dos grandes monopólios. Tais investimentos ocorreram a partir de empréstimos internacionais e da consequente elevação das dívidas externas dos países tratados como “em desenvolvimento”. O impulso industrializante ocorreu mediante a instalação de subsidiárias das grandes empresas monopolistas sediadas nos países centrais e a subordinação dos interesses dos países periféricos a lógica desses monopólios. Além disso, havia também outra forte motivação econômica para que o capital excedente dos monopólios fosse enviado para ser valorizado na periferia, pois nesses países encontravam força de trabalho e matérias prima mais barata e em maior quantidade. Isso significava que a exploração mais intensa e a obtenção de taxas de mais-valia elevadas na periferia auxiliavam aos países centrais construírem políticas públicas mais abrangentes.

Já do ponto de vista político, os movimentos mais radicais da classe trabalhadora saem do cenário da segunda guerra mundial na Europa com diversas derrotas (HARVEY, 2002). Vários foram os exemplos dessas derrotas, inúmeros dos movimentos de resistência ao nazismo e ao fascismo, liderados pelos partidos comunistas, foram sufocados com violência pelas forças repressoras a serviço da burguesia, a exemplo da Itália, Espanha, França e Grécia (LESSA, 2007, 2013). Já nos países periféricos, na inexistência de políticas públicas de caráter universal e com níveis de exploração muito mais intensos, a estratégia de domínio ocorreu através da instalação de ditaduras, mediante golpes de Estado e com o auxílio das forças militares desses países. Tais medidas tinham como interesse controlar pela via coercitiva mais dura e violenta os organismos políticos representativos dos trabalhadores e possibilitar que sob a batuta dos monopólios internacionais, a exploração ocorresse de forma mais intensa e com menor resistência.

No plano ideológico, cresceram as teorias que aludiam à perda da centralidade do trabalho e o argumento era sustentado em razão do suposto novo papel que o Estado estaria exercendo a partir da ampliação de políticas sociais. Diante disso, as classes antagonicamente estruturadas, estariam num processo social de metamorfose, que por sua vez levaria a uma união de interesses entre capital e trabalho sob a mediação do Estado. A elevação do padrão de vida e a facilitação do acesso aos bens sociais para os trabalhadores dos países centrais seriam a inequívoca prova que “a classe operária efetivamente deixou de viver à parte” (MALLET, 1963, p. 9, tradução nossa).

Para demonstrar a veracidade de tal argumento, Mallet (1963) entende que a atuação do Estado com a ampliação das políticas sociais ratificava uma suposta nova era na dinâmica capitalista, com a projeção de ampliação das condições oferecidas pelas políticas públicas à classe trabalhadora da Europa para o resto do mundo. Diante

disso, as políticas sociais poderiam se expandir e contribuir decisivamente para resolução das expressões da questão social, podendo elas ser resolvidas sem a necessidade de superação radical da sociedade burguesa.

Dessa forma, não caberia mais identificar o Estado como um complexo social despótico a serviço da burguesia, tal qual Marx (1995) mencionara em 1844 em seu artigo *Glosas Críticas Marginais ao Artigo: O Rei da Prússia e a Reforma Social* e como também ratificara juntamente com Engels em 1848 no *Manifesto Comunista*. No contexto do capitalismo monopolista do *Welfare State*, o Estado teria se transformado substancialmente, estaria cancelada a função apenas coercitiva do Estado, sendo este capaz de obter um pacto entre as classes. O antagonismo entre a classe produtora da riqueza social e a que dela se apoderava parecia ter seus dias contados.

Contudo, uma análise mais cuidadosa do *Welfare State* e da dinâmica econômica da época, nos revela outra realidade, que se não chega a ser uma surpresa por inteiro, é merecedora de uma serena reflexão. Em contraposição a visão otimista do Estado de bem-estar social, um recente estudo de Lessa (2013) demonstra com riqueza de detalhes e fontes, uma sombria realidade no campo político, com o incremento da tortura e a cooptação dos movimentos sindicais. Na esfera econômica, encontramos em Paniago (2012) apontamentos que indicam à busca da ampliação da lucratividade e o receio de uma nova crise nos padrões da que ocorrera em 1929 como as motivações para o aparecimento do Estado de bem-estar.

Conforme Lessa (2007), três questões que compunham a conjuntura do pós-segunda guerra mundial limitavam o aumento da produção e a ampliação da taxa de lucros. A primeira era a retração do consumo existente em razão do esforço de guerra; dito de outra forma, o consumidor tinha se acostumado durante os anos em que o conflito perdurou a não comprar frugalidades, nada que fosse desnecessário e a poupar tudo aquilo que fosse possível (LESSA, 2007). Isso ocorria “como meio de economizar ‘em casa’ para disponibilizar mais recursos aos ‘pracinhas no campo de combate’” (LESSA, 2007, p. 280). A segunda questão era a elevação do desemprego, tal fenômeno se tornava ainda mais preocupante com o retorno dos soldados às suas cidades e países e a incapacidade do mercado de trabalho incorporar integralmente esses, o que significava ausência de consumidores com dinheiro disponível para movimentar a esfera da circulação. Por fim, a terceira questão enfatiza que a produção destrutiva, tipicamente voltada para alimentar a máquina guerra, não tinha mais a mesma escala de demanda com o fim do conflito mundial, “tanques, aviões, navios, armamentos, fardas, remédios, rações alimentícias, combustíveis, etc., eram produtos que, do dia pra noite, tiveram suas demandas reduzidas” (LESSA, 2007, p. 280). No que se refere a esse terceiro aspecto, não significa que a produção bélica parou de ter importância, apenas indica que, naquele quadro histórico, tornava-se fundamental para a economia a expansão da produção de bens duráveis, como a forma mais

apropriada de acelerar o fluxo de acumulação do capital. O crescimento da produção de automóveis, geladeiras, fogões e televisores era uma expressão das novas necessidades do capital.

Com a urgente busca pela ampliação do consumo, o objetivo do capital estava voltado para construção de uma massa de consumidores com maior poder de compra e com maior tempo fora do trabalho para que pudesse consumir. Acrescenta-se a isso, a elevação da produção de bens duráveis e o empenho do mercado em penetrar nos nichos de negócios que até então não eram suficientemente explorados, como, por exemplo, serviços de apoio ao setor industrial e doméstico e a mercantilização das áreas de lazer e turismo (HARVEY, 2002; HOBBSAWM, 2008).

É nesse contexto que a ampliação das políticas sociais cumpriu um importante papel para o crescimento da produção e da esfera de serviços, com um respectivo aumento do consumo. Além do mais, o próprio Estado, enquanto detentor de enorme quantia de dinheiro também se torna grande consumidor de bens e serviços, o que também colaborou decisivamente para a elevação do crescimento da economia.

Contudo, é importante destacar que ainda que intervenção estatal no período do *Welfare State* tenha possibilitado um vigoroso aumento na produção e no consumo, essa não foi capaz de alterar as contradições fundamentais da própria lógica de acumulação capitalista, que de forma irremediavelmente insanável leva a economia as crises. Conforme nos esclarece Paniago:

[...] as medidas saneadoras das crises são protelatórias, resultando em novos períodos de crise – as chamadas crises cíclicas. O exemplo histórico mais conhecido é a crise de 1929-33, que resultou na alternativa fordista como forma de expansão da acumulação do capital, juntamente com a ajuda do Estado keynesiano (2008, p. 3).

Sem a possibilidade de romper com suas crônicas contradições e debilidades do capital de forma perene, a ampliação das políticas públicas acabou por ter um impacto limitado a três décadas na economia e outro funcional e mais duradouro ao sistema na esfera ideológica. A demonstração desse último impacto se deu pela desmobilização e cooptação dos sindicatos e a incorporação da estratégia da conquista do Estado como o horizonte máximo a ser perseguido pela esquerda. Isto sinalizava uma clara rejeição a proposta revolucionária e a adoção de uma estratégia que preservava a ordem burguesa, ou seja, mantinha a exploração dos próprios trabalhadores e pleiteava formas de “domesticação” do capital pela via formal. Se a social democracia era a expressão do antigo reformismo europeu, os partidos políticos controlados pela burocracia soviética passaram também a rejeitar a proposta revolucionária como seu objeto político fundamental.

Do ponto de vista ideológico, formou-se a noção que a ampliação daquele formato keynesiano para todo o planeta representaria não somente o fim do conflito entre trabalhadores e burgueses, mas também a eliminação dos problemas sociais<sup>3</sup>. Através do pacto de classes, a esperança da social democracia era de que o crescimento da produção propiciasse uma maior parcela de riqueza para os trabalhadores, via políticas públicas.

Ocorre que em razão das contradições inerentes ao próprio sistema metabólico de acumulação capitalista, o prolongamento do modelo keynesiano seria impossível de sustentar-se indefinidamente. A questão essencial é que se o aumento da produtividade é uma força autodeterminante da qual o capital necessita para prosseguir seu incessante processo de acumulação, em sentido contrário a esta necessidade, numa determinada altura desse desenvolvimento, o mesmo motivo que o impulsiona, também acaba provocando taxas de lucros decrescentes (TAVARES, 2004). Este é exatamente o quadro econômico verificado entre o período de ascensão do capital no posterior a segunda guerra mundial e seu declínio com a instalação da crise estrutural no início dos anos 1970.

No tocante as possibilidades e os limites do Estado, Marx (1995) considera que este possui uma determinação impossível de ser eliminada: o fato de que independente da boa vontade<sup>4</sup> de seus gestores e das ações políticas desenvolvidas, o Estado expressa os interesses de manutenção da exploração do homem sobre o homem e, especificamente no capitalismo, da sujeição do trabalho ao capital. O conjunto de políticas públicas e o suposto pacto de classes do *Welfare State* não conduziram os trabalhadores para liberta-se dos grilhões que lhes acorrentam ao capital. Na melhor das hipóteses apenas afrouxaram um pouco as correntes por um curto espaço de tempo para logo em seguida apertar com mais força ainda, se olharmos as consequências do projeto neoliberal para os trabalhadores, não é difícil de compreender que isso não é apenas uma metáfora, mas uma dura realidade.

Uma análise cuidadosa do Estado de Bem-Estar Social demonstra que a aparente mudança do Estado em favor dos interesses dos trabalhadores, nada mais foi nada mais do que a continuação do exercício de seu papel de auxiliador na reprodução do

---

3 Conforme relata Mészáros, "Keynes chegou a decretar confiantemente em 1926 que a humanidade teria seus problemas econômicos completamente solucionados em cem anos" (2004, p. 11-12). Restando menos de duas décadas de terminar o prazo indicado por Keynes, tal previsão parece ter tomado um rumo rigorosamente contrário.

4 Conforme Marx: "O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os meios e possibilidades, de outro, sem se eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição [...] Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder" (1995, p. 80).

capital sob determinados condicionantes históricos. O elemento explicativo é que, naquelas condições históricas, esse propósito se mostrou mais eficaz com a ampliação das políticas públicas. Todavia, o aspecto nodal a ser compreendido é que a impossibilidade do Estado promover a união de interesses entre capital e trabalho não é resultante de direcionamentos políticos equivocados. Estas duas unidades estão estruturadas sobre bases econômicas ontologicamente opostas e impossíveis de serem conciliadas. A reprodução da relação mercantil entre capital e trabalho necessita que o processo de apropriação de riqueza pelo capital sobre os agentes produtores não seja interrompido. Dessa maneira, as formas de extração de mais-valia devem ocorrer a partir de um processo de dominação e coerção rigorosamente necessário, que por sua vez é imposto e legitimado na esfera política e jurídica. Exatamente por essa razão, o Estado burguês é impotente para impedir a exploração.

A ilusória aparência unitária de interesses entre sujeitos inconciliavelmente antagonônicos durante o período do *Welfare State* esconde as graves consequências que tal engano trouxe nas décadas seguintes. Do ponto de vista da ação estatal e de seus determinantes imanentes, o grave ataque do capital sobre o trabalho desencadeado a partir da última quadra histórica do século XX apenas confirmou o caráter coercitivo e de classe do Estado burguês.

Também não é casual que Anderson (2002) mencione que a grande vitória neoliberal não se deu no plano econômico, mas no campo das ideias, com as devidas consequências negativas para os interesses dos trabalhadores. É oportuno mencionar que mesmo nos espaços onde ocorreu a chegada dos partidos de esquerda ao governo, o que se viu foi um deslocamento destes para a direita, com a execução políticas que acabaram por impulsionar o aumento do desemprego, da desigualdade social e o aporte de vultosos recursos públicos para o sistema financeiro. Na França de Mitterrand, na Austrália do Partido Trabalhista e no Brasil do PT de Lula e Dilma, o que se verificou foi que, após alguma resistência interna, esses partidos acabaram por efetivar o receituário neoliberal. Ainda que tais ações não tenham ocorrido de forma homogênea e sem algumas poucas e corajosas dissidências internas, esse foi o legado fundamental dos governos de “esquerda” sob a batuta ideológica plantada por Hayek.

Conforme Lessa argumenta, do ponto de vista político e ideológico, “o *Welfare State* fez refluir a consciência operária ao seu patamar mais economicista, possivelmente, da história do movimento dos trabalhadores. Com tudo isso, aplainou o terreno para os anos de neoliberalismo que estavam por vir” (2013, p. 88-89). Durante a vigência do Estado de bem-estar, foi marcante a cooptação dos movimentos sindicais, que passaram a convergir ideologicamente com a burguesia, não mais se confrontando ao capital, mas atuando fundamentalmente sob a forma da negociação, na busca por direitos e por políticas públicas que não ultrapassavam as fronteiras do sistema.

O resultado do processo de luta por reformas ao longo do *Welfare State* foi a negação do projeto revolucionário e a ascensão de estratégias políticas conciliadoras. A questão grave é que com o aprofundamento da crise nos anos de 1970, essa forma de ação passou a experimentar derrotas seguidas. Estando sob as pressões restritivas da crise, com as limitações para ampliação da produção e com a queda nas taxas de lucratividade (HARVEY, 2002), o capital já não tinha nada mais o que oferecer de positivo, a não ser uma contínua piora nas condições de vida dos trabalhadores. Conforme Mészáros (2002), crise estrutural do capital coloca entraves cada vez mais severos para o crescimento econômico e expressa o esgotamento das possibilidades de qualquer retorno positivo para os trabalhadores.

### 3 A CRISE E SEUS REBATIMENTOS PARA OS TRABALHADORES

Como resposta do capital monopolista as restrições impostas pela crise, um conjunto de transformações econômicas, políticas e sociais passam a ser efetivadas a partir da última quadra histórica do século XX. Um aspecto que merece ser destacado é que, mesmo que Mészáros (2009) considere a crise estrutural como o colapso mais grave já vivenciado pela economia capitalista, seu amadurecimento e continuidade não implica em limites intransponíveis para o capital. O resultado é que mesmo com o aprofundamento da crise, ela por si só não é capaz de destruir a lógica mais profunda do capital, mas acaba por impulsioná-lo a responder com medidas cada vez mais desumanas. Em resumo: o desdobramento e continuidade da crise provocam ainda mais crise.

Se ao final da primeira metade do século XIX foram exauridas as possibilidades progressistas do pensamento burguês, com a decadência da economia política clássica, ao final do século XX é a produção capitalista que esgota qualquer possibilidade positiva para a sociedade. No contexto histórico de sua crise estrutural, de ascensão do neoliberalismo, da mundialização do capital e da reestruturação produtiva, a acumulação capitalista ganha contornos destrutivos, acompanhados pelo amadurecimento da barbárie para níveis perigosos e imprevisíveis.

A perenidade da crise provoca consequências econômicas, sociais e ambientais, vivenciadas pela classe trabalhadora em escala mundial, o que indica que estamos numa crise nunca antes experimentada e com dimensões incomparavelmente mais graves que as anteriores (MÉSZÁROS, 2009). Após o período de longa expansão durante três décadas, sob o forte impulso da intervenção estatal, da expansão dos grandes monopólios imperialistas e de um “pacto” de classes, com efetivo recuo das lutas, o capital adentrou em uma fase nova, cujo aspecto essencial é a continuidade depressiva.

Os movimentos da economia capitalista que levam os burgueses a buscar a elevação contínua da produtividade com o aporte do desenvolvimento tecnológico, a expansão dos capitais individuais e os processos de concentração e centraliza-

ção, foram explicitados por Marx (1996) no capítulo XXIII de *O Capital*, na chamada Lei Geral da Acumulação Capitalista. No que se refere a compreensão das bases fundantes e das contradições da acumulação do capital, as ideias publicadas por Marx em 1867 permanecem com uma incrível atualidade para a compreensão da dinâmica capitalista presente. Ainda que Marx não seja inteiramente suficiente para a explicitação de todas as particularidades da economia contemporânea, ele ainda nos parece rigorosamente imprescindível. Sobre as configurações e contradições da economia capitalista ao final do século XX e início do novo milênio, seguindo os passos de Marx, é Mézáros (2002) quem realiza a análise mais profunda e ampla sobre a crise que afetou o capital e sua conceituação como *estrutural*. Segundo o mesmo, o que difere a crise estrutural do capital das crises cíclicas anteriores, é a manifestação de quatro aspectos:

[...] seu caráter é *universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular [...]. Seu *alcance* é verdadeiramente *global* [...] em lugar de limitado a um conjunto particular de países [...]. Sua escala de tempo é extensa, contínua, e, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; em contrastes com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 796, grifos do autor)

A síntese desses quatro aspectos compõe o quadro do colapso estrutural que atinge o capital e que satura a realidade com graves implicações para a humanidade. Como as consequências societárias não podem ser segregadas a economia, já que tal esfera é matriz orientadora do processo de reprodução social, todos os complexos sociais acabam também sendo atingidos. As relações de produção<sup>5</sup> sofrem diretamente os impactos da crise e das respostas do capital na tentativa de manter seu processo de acumulação expansiva no interior de limites mais estreitos, impostos pelo débil e rastejante crescimento econômico (MÉSZÁROS, 2002).

A acumulação capitalista é necessariamente dependente do trabalho como sua fonte de valorização essencial e as regras que regem esta relação estão baseadas na lógica do mercado. Como forma de compensar à tendência de queda nas taxas de lucratividade, agravadas pela crise estrutural, o capital necessitou alargar disponibilidade de força de trabalho, de forma a criar condições mais favoráveis para o processo de extração de mais-valia e acumulação. É um elemento explicativo dessa situação que nas últimas duas décadas do século XX e no primeiro decênio do novo século, cerca de dois bilhões de trabalhadores assalariados foram incorporados como força

5 Utilizamos o termo "relações de produção" para indicar aquilo que vários autores contemporâneos costumam chamar de "mundo do trabalho", nossa intenção é manter o rigor teórico das categorias marxianas.

de trabalho disponível em todo mundo (HARVEY, 2012). Considerando que população mundial ao final de 2012 era de cerca de 7 bilhões, não é difícil imaginar o quanto esse incrível aumento do número de trabalhadores disponíveis contribuiu para a diminuição de salários, retirada de direitos, para o crescimento da informalidade e da precarização. Os fenômenos que possibilitaram esse brutal alargamento de força de trabalho disponível foram, por exemplo, o avanço do mercado na China e o colapso nos países da antiga União Soviética. Acrescente-se a esses dois aspectos, a integração de áreas camponesas em todo mundo à dinâmica mercantil urbana; as recentes ondas migratórias e principalmente a vigorosa incorporação das “mulheres, que agora formam a espinha dorsal da força de trabalho global” (HARVEY, 2012, p. 55).

É de fundamental importância mencionar que esse crescimento no número de trabalhadores disponíveis nem foi sinônimo de aumento global e amplo do emprego e nem de uma recíproca melhoria dos salários. De forma exatamente oposta, essa elevação serviu para pressionar a diminuição do valor pago aos trabalhadores. Se por um lado, a dinâmica capitalista contemporânea não garantiu empregos, por outro, acabou por fomentar mais pobreza, desemprego e o aumento mundial de moradias precárias, o qual Mike Davis (2008) tão bem demonstrou em seu texto *Planeta Favela*. Se voltarmos os olhos à história e fizermos as devidas mediações, o processo da acumulação primitiva, descrito por Marx (1988) no capítulo XXIV de *O Capital*, é bastante elucidativo para compreensão desses fenômenos contemporâneos e de seus desdobramentos.

Na tentativa de manter o fluxo de acumulação de capital, as ações impostas pela reestruturação produtiva, no curso da crise estrutural, levaram os trabalhadores a vivenciarem o aumento das jornadas; a intensificação do ritmo de trabalho; a informalidade; a perda de direitos; o crescimento do desemprego e a volta de formas de trabalho impensáveis pelo discurso civilizatório, a exemplo do retorno do trabalho escravo e infantil. Os resultados dramáticos da crise do capital e de suas respostas através da reestruturação produtiva e neoliberalismo, também se manifestam em outros aspectos da vida, como na construção das identidades e individualidades, no dilaceramento das relações humanas, na solidão, no crescimento da depressão e no aumento dos transtornos mentais, como expressões desse momento histórico (LESSA, 2004; BISNETO, 2007).

Frente à dinâmica do capital ao final do século XX, impulsionado pela crise estrutural, o Estado trata de desmontar as políticas sociais erguidas durante no *Welfare State*. Isto ocorre não por uma suposta incapacidade financeira de enfrentar as crescentes demandas sociais, mas essencialmente porque a manutenção de tais políticas já não contribui para o processo de acumulação. Com o esgotamento do binômio fordista/keynesiano e frente às novas demandas do capital, o Estado necessita, por sua própria função no processo de reprodução social capitalista, direcionar seus gastos para auxiliar a economia a recompor suas taxas de lucratividade. Dessa forma, o

que verificamos a partir da “crise dos anos 70 não foi a falência do Estado devido a sua incompetência ou desempenho de papéis inadequados. Ao contrário, ao Estado tem cabido sempre uma função social complementar às condições materiais necessárias à acumulação” (PANIAGO, 2008, p. 5).

Na medida em que a crise permanece, exatamente em razão de seu caráter contínuo (MÉSZÁROS, 2002), as políticas de ajuste do Estado para auxiliar a retomada das taxas de lucratividade vão sendo concretizadas com efetivo avanço do receituário neoliberal, executado tanto por governos de direita, como de “esquerda”. As medidas neoliberais implicam numa dura ação contra os organismos políticos dos trabalhadores, notadamente aos sindicatos e uma forte disciplina orçamentária a fim de possibilitar *superávites* primários nas contas do Estado que permitam irrigar com riqueza retirada dos trabalhadores o parasitário sistema financeiro.

Sobre as contradições mais duras do atual contexto, um dos componentes mais emblemáticos para ilustrar as restrições atuais da economia é o fenômeno do desemprego, que agora ganha amplitude mundial e crônica (ANTUNES, 2004). O mercado de trabalho, mesmo nos países centrais da economia, como Estados Unidos, Japão, França e Inglaterra, já não consegue escapar de taxas de desemprego preocupantes. Enquanto isso, nos países que não fazem parte do núcleo central da economia Europeia, a exemplo de Espanha, Irlanda, Portugal e Grécia, o desemprego chega a atingir níveis acima de 50% entre os jovens e de mais de 25% para a população em geral (NAVARRO, 2013). Na periferia do mundo, como no Brasil, Turquia, China, Índia, México, entre outros, apesar dos índices não alcançarem patamares tão alarmantes, o que se evidencia é a baixa remuneração salarial, formas extremamente precárias de trabalho e elevadas taxas de exploração.

Sob o ponto de vista do funcionamento sistema, sob a pressão de um cenário de crise continuada, o desemprego acaba por possuir uma funcionalidade que carrega em si enormes dilemas e problemas para o sistema como um todo. Perante as necessidades de abrandar os efeitos mais severos da crise estrutural e de forma a recomodar suas contradições imanentes, o capital utiliza combinações estratégicas que tornam o aumento do desemprego não apenas um forçoso efeito, mas uma opção condicional para arrastar os seus limites para mais adiante (PANIAGO, 2007).

A contradição elementar é que na produção a fonte de maior extração do trabalho excedente está diretamente relacionada e estimulada em razão da introdução de tecnologias que propiciem a diminuição do tempo de trabalho necessário. A esse respeito, Marx já mencionara que o desenvolvimento da produtividade do trabalho é a “mais poderosa alavanca da acumulação” (1996, p. 254). A questão é que a solução da produção se torna um problema na circulação. Liberando trabalhadores e intensificando o ritmo dos que permanecem, agora, com salários menores, a esfera da circulação fica saturada com uma legião de trabalhadores sem poder de consumo. Esta

insuficiência de massa salarial acaba por comprometer a obtenção de níveis de crescimento econômico que satisfaçam o circuito expansivo da acumulação de capital. A estratégia para enfrentar esse problema tem sido a ampliação do crédito, entretanto, os efeitos de sua ampliação implicam em um sistema ainda mais instável pelo crescente endividamento individual e público. Por sua vez, a continuidade depressiva caracterizada por Mészáros (2002) e o desemprego crônico que o acompanha, se torna ainda mais grave quando consideramos os reflexos que esses fenômenos promovem sobre a economia e as finanças públicas.

Como bem denomina Paniago (2007), é um “nó górdio” que o sistema do capital cria para si mesmo. É diante deste complicado cenário que tanto as soluções políticas precisam interagir; é também exatamente por isso que as opções de seu enfrentamento são soluções superficiais e primordialmente inócuas.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Welfare State* não somente demonstrou os limites do Estado em si, como também da própria democracia burguesa. Por mais aperfeiçoada que seja a democracia, ela pode ser ampla para no máximo permitir que vozes pressionadas por cassetetes, balas e borracha e *spray* de pimenta, questionem as regras do jogo, mas nunca o jogo. O jogo a ser jogado é sustentar o processo e acumulação de riqueza do capital, ainda que para isso as mais graves consequências atinjam os seres humanos. O motivo é simples, não há identidade entre capital e humanidade, entre os dois, a relação que existe é de alienação, em que o homem é submisso ao processo de valorização das coisas de desvalorização humana.

A análise de alguns dos fenômenos do *Welfare State* e de suas ações naquela quadra histórica propiciou a vertente política da social democracia e aos defensores das soluções restritas a esfera política e da conquista apenas do Estado, que o futuro do capitalismo parecia ser algo promissor para toda sociedade. Contrariamente a essa utopia defendida por aqueles a quem Mészáros (2004) denominam de “apologistas do capital”, a história recente demonstrou que as políticas keynesianas acabaram por ajudara a transformar o que era sonho, em um “pesadelo efetivamente real” para os trabalhadores décadas depois.

Com a crise estrutural instalada e a reposta do capital na esfera do Estado pela via do projeto neoliberal, os estreitos limites das políticas públicas se tornam evidentes. No conjunto de políticas que hoje são efetivadas pelo receituário neoliberal e por sua vertente denominada de neodesenvolvimentismo, o que vemos é o avanço da privatização nas mais diversas áreas, a precarização das políticas sociais e o fornecimento de políticas “miseráveis” para as parcelas mais empobrecidas da população. Este processo ocorre conjuntamente com o aumento galopante das dívidas públicas

dos Estados, inclusive nos países centrais. Contudo, é nos países periféricos que tal situação tende a demonstrar seus efeitos mais perversos, principalmente com o contingenciamento de recursos nas áreas sociais e o repasse crescente de recursos para a esfera financeira sob o impulso de juros elevados.

No que se refere a relação capital e trabalho, enquanto núcleo central da reprodução social, vale aqui ser sublinhado com ênfase, que a mais importante ação para o enfrentamento da crise estrutural pelo capital, a partir do amadurecimento dessa, foi a intensificação sem precedentes de sua *imperiosa determinação de ataque aos trabalhadores*, foi esta determinação essencial e matriz orientadora de todas as demais ações.

Como o agravamento da crise não é capaz de ser o elemento catalizador por si só da superação do capital, torna-se rigorosamente imprescindível um movimento radicalmente contrário aos pilares de sua existência. A questão é que ao longo da segunda metade do século XX o que verificamos foi, por um lado, que o direcionamento dado pelo *Welfare State* propiciou as condições necessárias para a manutenção da rentabilidade do capital e também algumas melhorias para os trabalhadores nos países centrais. Já por outro lado, as ilusões criadas sobre as possibilidades do modelo estatal keynesiano também provocou a desmobilização dos organismos políticos de esquerda e levou a uma forma de ação dos organismos políticos dos trabalhadores que privilegiou a conquista e a reforma do Estado.

Se as políticas sociais historicamente têm demonstrado seus limites, mesmo no patamar mais elevado já vivenciado por elas, durante o *Welfare State*, a atual crise do capital impõe questões ainda mais severas e urgentes para nossa reflexão. O aspecto mais grave de nossos dias já não estaria na capacidade de organização da classe trabalhadora para “arrancar” ou resgatar antigas conquistas que foram liquidadas pelo neoliberalismo, nem mesmo de conseguir algumas alterações a serem conduzidas pelo Estado, por meio de novos direitos. Se a história é capaz de nos ensinar algo, as lições dadas pela ascensão e pelo esgotamento do *Welfare State*, pela emergência da crise estrutural e a resposta neoliberal, é que as necessárias e urgentes mudanças que a realidade coloca sobre os trabalhadores não se completam com a conquista do Estado, elas estão na retomada do horizonte revolucionário.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. SADER, Emir. (Org.) **Pós-neoliberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008. Pág. 09 à 28.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2004.

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e saúde mental**: uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises no capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, Sérgio. **Capital e Estado de Bem-Estar**. O caráter de classe das políticas públicas. Maceió, mimeo, 2013. Livro no prelo, a ser lançado pelo Instituto Luckács.

LESSA, Sérgio. Identidade e individuação. **Revista Katalysi**, Volume 7 n.º. 2 p 147-153, Florianópolis: UFSC, Dep. Serviço Social, 2004.

MALLET, Serge. **La nouvelle classe ouvrière**. Paris: Éditions du Seuil, 1963.

MARX, Karl. Glosas Críticas marginais ao Artigo: "O rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano. In: **Revista Práxis**, n.º 5, Projeto Joaquim de Oliveira: Belo Horizonte, 1995.

MARX, Karl. Glosas **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro primeiro, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. Glosas **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro primeiro, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, M. Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

NAVARRO, Vicenç. **O ataque ao modelo social Europeu**. Site da Revista Carta Maior. [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=22390](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=22390), acessado em 14 de agosto de 2013.

NETTO José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

PANIAGO, Cristina. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. Maceió: Edufal, 2007.

\_\_\_\_\_. 2008. Neoliberalismo e os antecedentes da "crise" do estado. Comunicação científica apresentada no XI ENPESS, em São Luis, 2008.

\_\_\_\_\_. Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da "crise" do Estado. In: (Org) PANIAGO, Cristina. **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

---

**Data do recebimento:** 4 de fevereiro de 2014

**Data da avaliação:** 10 de fevereiro de 2014

**Data de aceite:** 10 de fevereiro de 2014

---

---

1 Graduado em Comunicação Social, mestre em Serviço Social pela UFAL e doutorando em Serviço Social pela UFPE. Professor do curso de Serviço Social da Faculdade Integrada Tiradentes - Fits. Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Crise do Capital e as Transformações no Mundo do Trabalho.

2 Graduanda em Serviço Social da Fits e aluna bolsista do Grupo de Pesquisa sobre Crise do Capital e as Transformações no Mundo do Trabalho.

3 Graduanda em Serviço Social da Fits e aluna participante do Grupo de Pesquisa sobre Crise do Capital e as Transformações no Mundo do Trabalho.